

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 58

Maio - 2014

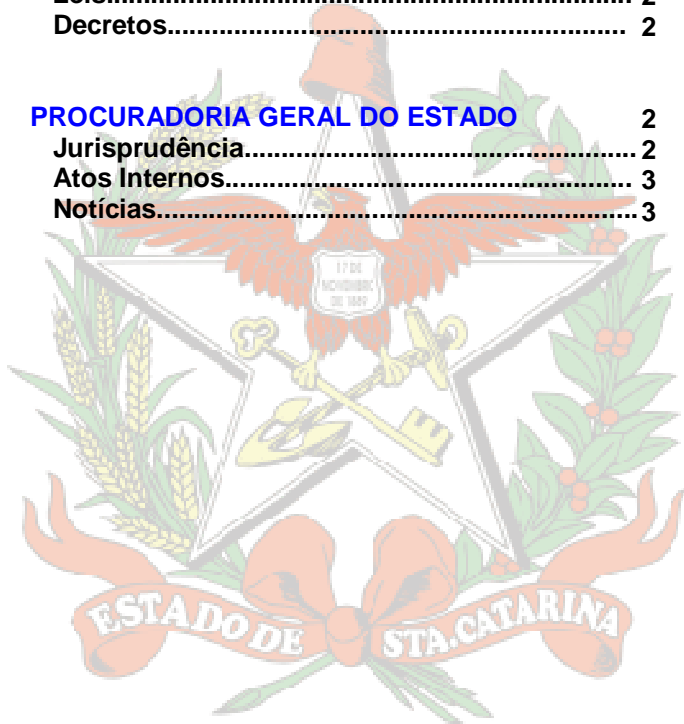
SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 2

Jurisprudência.....	2
Atos Internos.....	3
Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

**PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO**
João dos Passos Martins Neto

**SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO**
Ricardo Della Giustina

LEGISLAÇÃO**ESTADUAL***Leis***LEI COMPLEMENTAR Nº 626, de 11 de abril de 2014**

Altera a Lei Complementar nº 422, de 2008, que institui o Programa de Habitação Popular . Nova Casa, cria o Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 627, de 15 de abril de 2014

Altera o Anexo I da Lei Complementar nº 349, de 2006, que institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 628, de 25 de abril de 2014

Altera a Lei Complementar nº 465, de 2009, que cria o Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.351, de 3 de abril de 2014

Altera a Lei nº 15.984, de 2013, e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.360, de 16 de abril de 2014

Fixa os valores de vencimento dos membros do Magistério Público Estadual e estabelece outras providências.

LEI Nº 16.361, de 22 de abril de 2014

Altera a Lei nº 15.714, de 2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares), para atender ao Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina (PROVIAS-SC).

LEI Nº 16.373, de 25 de abril de 2014

Dispõe sobre a criação do Selo Verde +, para os municípios que tenham na área urbana, no mínimo, uma árvore a cada 5 (cinco) habitantes.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 195, de 3 de abril de 2014

Fixa o Valor Referencial de Vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e estabelece outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 196, de 4 de abril de 2014

Institui retribuições financeiras por desempenho de atividades finalísticas, dispõe sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), institui gratificação especial, altera o art. 7º da Lei nº 11.496, de 2000, e estabelece outras providências.

*Decretos***DECRETO Nº 2.120, de 1º de abril de 2014**

Acresce dispositivos ao Anexo Único do Decreto nº 1.387, de 2013, que regulamenta a Publicação Eletrônica da Secretaria de Estado da Fazenda (Pe/SEF), instituída pela Lei nº 14.967, de 7 de dezembro de 2009.

DECRETO Nº 2.121, de 1º de abril de 2014

Regulamenta o benefício da readaptação funcional de servidores públicos civis dos órgãos e das entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 2.123, de 3 de abril de 2014

Acresce dispositivo ao Decreto nº 740, de 2003, que regulamenta a Lei Complementar nº 249, de 15 de julho de 2003, que cria o Fundo de Apoio à Microempresa, à Empresa de Pequeno Porte, ao Microempreendedor Individual, às Cooperativas, às Sociedades de Autogestão e à instalação e manutenção de empresas no território catarinense (Fundo Pró-Emprego).

DECRETO Nº 2.124, de 3 de abril de 2014

Altera dispositivos do Decreto nº 4.726, de 2006, que regulamenta o Fundo Especial de Proteção do Meio Ambiente (FEPEMA).

DECRETO Nº 2.127, de 4 de abril de 2014

Cria a Comissão Temporária, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), para operacionalização da gestão dos processos administrativos do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM).

DECRETO Nº 2.134, de 8 de abril de 2014

Altera, acrescenta e revoga dispositivos do Decreto nº 1.309, de 2012, que regulamenta a Lei nº 13.336, de 8 de março de 2005, e disciplina a celebração de instrumento legal pelo Estado que tenha como objeto o financiamento de programas e projetos culturais, turísticos e esportivos, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC), e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 2.143, de 11 de abril de 2014

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 2.148, de 16 de abril de 2014

Acresce dispositivos ao Decreto nº 1.621, de 2013, que regulamenta o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM), instituído pela Lei nº 16.037, de 2013, e ao Decreto nº 1.982, de 2014, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 2.149, de 16 de abril de 2014

Aprova o Regimento Interno do Comitê de Acompanhamento e Controle de Obras e Serviços de Engenharia dos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas públicas e de economia mista integrantes do Poder Executivo estadual.

DECRETO Nº 2.161, de 25 de abril de 2014

Regulamenta a Lei nº 16.159, de 2013, que dispõe sobre o incentivo financeiro aos Municípios do Estado de Santa Catarina destinado a consultas e exames de média e alta complexidade.

DECRETO Nº 2.163, de 25 de abril de 2014

Aprova o Regimento Interno do Comitê de Gerenciamento de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Chapecó e Irani e bacias hidrográficas contíguas (Comitê Chapecó/Irani).

DECRETO Nº 2.170, de 29 de abril de 2014

Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 1.945, de 2013, que dispõe sobre as normas de funcionamento do Plano de Gestão da Saúde (PGS), e estabelece outras providências.

PORTARIA Nº 177, de 25 de março de 2014

Dispõe sobre a elaboração dos laudos periciais ou pareceres técnicos de avaliação de insalubridade e/ou risco de vida, com a caracterização e avaliação dos riscos ambientais, bem como, os enquadramentos legais dos graus de classificação de insalubridade e/ou risco de vida, dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Estado de Santa Catarina. (Ementa elaborada).

**PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO**

JURISPRUDÊNCIA**SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA****RECURSO ESPECIAL Nº 1425046 / SANTA CATARINA**

Relator: Mauro Campbell Marques, Segunda Turma

Julgamento: 22 de abril de 2014

Publicação: 29 de abril de 2014

Recorrido: Estado de Santa Catarina

Ementa:

Recurso especial administrativo. Servidor. Processual civil. Magistério estadual. Piso salarial. Prêmio Educar. Acórdão recorrido fundamentado em matéria constitucional e em lei local. Incidência das súmulas 126/STJ e 280/STF.

Relatório:

1. A Corte a quo decidiu a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais e com base na interpretação de dispositivos de lei local, temas insuscetíveis de serem examinados em sede de recurso especial.

2. A recorrente sequer interpôs o necessário recurso extraordinário para a Suprema Corte, atraindo a incidência da Súmula 126/STJ.

3. No que tange o reajuste proporcional e ao Prêmio Educar, verifica-se que o exame da controvérsia, do modo como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos da Lei Complementar Estadual 539/2011 e da Lei Estadual 14.406/2008, o que esbarra no óbice da Súmula 280/STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário").

4 Agravo regimental não provido.

PORTARIAS PGE**PORTARIA GAB/PGE Nº 13, de 7 de abril de 2014**

Homologa o resultado do concurso de remoção para o preenchimento de três vagas disponíveis na Sede da Procuradoria Geral do Estado, deflagrado pela Portaria GAB/PGE Nº 12/2014, em que foram declarados habilitados três Procuradores do Estado.

PORTARIA GAB/PGE Nº 14, de 7 de abril de 2014

Estabelece a lotação de Procuradores do Estado para o funcionamento das Procuradorias Regionais.

Blumenau: cinco; Joinville: cinco; Itajaí: seis; Chapecó: cinco; Criciúma: cinco; Mafra: duas; Lages: três; Joaçaba: duas; Tubarão: cinco; Rio do Sul: duas; Curitiba: uma; Caçador: um; Jaraguá do Sul: duas; São Miguel do Oeste: duas; São José: uma.

PORTARIA GAB/PGE Nº 15, de 7 de abril de 2014

Designa os Procuradores do Estado ocupantes dos cargos de Subprocurador-Geral do Contencioso, Corregedor-Geral, Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Procurador-Chefe da Procuradoria do Contencioso e Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão Gestora do Sistema PGE.Net.

PORTARIA GAB/PGE Nº 16, de 10 de abril de 2014

Designa Procuradores do Estado para integrarem a comissão para realização de processo de remoção dos Procuradores do Estado, visando o preenchimento de vagas nas Procuradorias Regionais. Convoca os Procuradores do Estado para manifestarem interesse na remoção para lotação em órgão de execução regional, excetuado o de São José, obedecido o limite lotacional estabelecido pela Portaria PGE/GAB nº 14/2014.

NOTÍCIAS**Contrato de gestão do Samu é legal, confirma Tribunal de Justiça**

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ) confirmou a legalidade da legislação que serviu de base para a realização do contrato de gestão do Estado com o Serviço Móvel de Urgência (Samu). Atendendo ao pedido da Procuradoria Geral do Estado (PGE), em abril, a 2ª Câmara de Direito Público do TJ decidiu pela constitucionalidade das leis, durante apreciação de uma liminar que questionava o contrato.

A gestão do Samu está a cargo da Organização Social Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) desde julho de 2012. Em outubro desse ano, a 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital concedeu liminar suspendendo o contrato e obrigando o Estado de Santa Catarina a retomar a administração do órgão sob o regime de prestação direta, ou seja, sem a participação da organização social.

No início de 2013, a desembargadora Cláudia Lambert de Faria concedeu efeito suspensivo, no recurso interposto pela PGE, contra a decisão, até o julgamento final do TJ, que começou em 25 de fevereiro, com o voto pela legalidade do ato do relator, desembargador João Henrique Blasi. Na sequência, o julgamento foi suspenso por um pedido de vistas. Na sequência, a Câmara voltou a analisar o processo e ratificou a constitucionalidade da legislação.